

2 – Da Origem ao Destino: Policriminalidade e a Complexa Rede de Fluxos Ilícitos pelo Brasil

From Origin to Destination: Policriminality and the Complex Network of Illicit Flows Throughout Brazil

Jorge M. Lasmar¹³
Rashmi Singh¹⁴

RESUMO

O artigo aborda a crescente complexidade da policriminalidade e dos fluxos ilícitos no Brasil, enfatizando sua relevância para a segurança interna e a estabilidade global. O Brasil emerge como um hub dos fluxos ilícitos transnacionais, atuando simultaneamente como origem, ponto de trânsito e destino na cadeia produtiva de vários mercados ilícitos internacionais tais como tráfico de drogas, mineração ilegal, contrabando de armas e lavagem de dinheiro. O estudo analisa a dinâmica desses fluxos e redes criminosas envolvidas, destacando a interconexão entre crimes que se adaptam rapidamente às ações das autoridades. O artigo analisa detalhadamente as rotas ilícitas e as estratégias de convergência do crime organizado. As evidências apontam para a sofisticação das operações criminosas e o uso de infraestruturas legais para ocultar atividades ilícitas, o que dificulta o seu combate efetivo. Conclui-se que, para enfrentar esses desafios, é necessária uma abordagem integrada que combine esforços locais e internacionais, além de políticas interinstitucionais que fortaleçam as redes amigas, influenciem as redes neutras e combatam as redes criminosas. A pesquisa recomenda a identificação dos alvos de alto valor nas redes criminosas para a implementação de estratégias focadas no emprego de recursos em pontos capazes de desarticular suas operações e dismantelar sua infraestrutura por meio da neutralização de alvos de grande importância ou valor, cuja perda ou interrupção pode causar um impacto substancial no funcionamento ou desempenho geral da rede criminosa.

Palavras-chave: policriminalidade; fluxos ilícitos; crime organizado; Brasil; segurança transnacional.

¹³ Professor Permanente do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas, Co-diretor da Rede de Pesquisa Colaborativa em Terrorismo, Radicalização e Crime Transnacional, TRAC.

¹⁴ Professora Permanente do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas, Co-diretora da Rede de Pesquisa Colaborativa em Terrorismo, Radicalização e Crime Transnacional, TRAC.

ABSTRACT

The article addresses the growing complexity of polycriminality and illicit flows in Brazil, emphasizing its relevance to domestic security and global stability. Brazil emerges as a hub for transnational illicit flows, simultaneously serving as an origin, transit point, and destination within the supply chain of various international illicit markets such as drug trafficking, illegal mining, arms smuggling, and money laundering. The study analyzes the dynamics of these flows and the involved criminal networks, highlighting the interconnection between crimes that quickly adapt to law enforcement actions. The article provides a detailed examination of illicit routes and organized crime convergence strategies. Evidence points to the sophistication of criminal operations and the use of legal infrastructures to conceal illicit activities, complicating effective countermeasures. It concludes that addressing these challenges requires an integrated approach combining local and international efforts, alongside interinstitutional policies that strengthen friendly networks, influence neutral networks, and combat criminal ones. The research recommends identifying high-value targets within criminal networks to implement strategies that focus resources on disrupting their operations and dismantling their infrastructure by neutralizing individuals or assets of significant importance or value, whose loss or disruption can have a substantial impact on the overall function or performance of the criminal network.

Keywords: polycriminality; illicit flows; organized crime; Brazil; transnational security.

1. INTRODUÇÃO

O crime organizado brasileiro transcendeu as fronteiras nacionais e se tornou um ator significativo no cenário global. As organizações criminosas brasileiras expandiram seu alcance e influência para muito além da América do Sul. Suas atividades integram desde rotas sofisticadas de tráfico de drogas que atravessam continentes até operações cibercriminosas que afetam a economia mundial. Ao mesmo tempo, o Brasil se tornou um verdadeiro hub de intrincados fluxos ilícitos transnacionais. Essa expansão não apenas desafia a segurança doméstica do Brasil, mas também ameaça à aplicação do direito internacional e a estabilidade global. Compreender as intrincadas dimensões internacionais do crime organizado no Brasil é essencial para entender seu impacto nos fluxos ilícitos globais e para desenvolver estratégias eficazes no combate a essas ameaças transnacionais.

2. O PAPEL MULTIFACETADO DO BRASIL NOS FLUXOS ILÍCITOS

Os fluxos ilícitos do/para/no Brasil emergem como uma preocupação crítica. Grupos criminosos organizados (GCOs) estruturaram-se em redes complexas interligadas responsáveis por crimes transnacionais como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, corrupção, fraude, contrabando e desvio de verbas, crimes ambientais, tráfico de pessoas, além de várias outras atividades criminosas graves. À medida em que essas atividades ilícitas se movem para dentro, através e para fora do Brasil, elas impactam negativamente a boa governança, a segurança pública, o estado de direito, os negócios legítimos, o emprego, o crescimento econômico de longo prazo, o meio ambiente, e acarretam custos sociais indesejados para mencionar apenas alguns dos efeitos nocivos inter-relacionados. Em resumo, os fluxos ilícitos são responsáveis não apenas por viabilizar e apoiar crimes, mas também pelos impactos socioeconômicos negativos, diretos e indiretos, deixados no rastro das atividades criminosas.

Infelizmente, ao longo dos anos, o território brasileiro tornou-se simultaneamente origem, passagem e destino para vários fluxos ilícitos transnacionais. Inúmeras atividades ilícitas se originam no Brasil e depois são exportadas para outros países. Os exemplos incluem lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, contrabando de armas de fogo, exportação ilegal de diamantes e pedras preciosas, extração ilegal de madeira, tráfico de vida selvagem, mineração ilegal e uma variedade de crimes financeiros. Da mesma forma, a localização geográfica estratégica do Brasil, o extenso litoral e numerosos portos, juntamente com grandes fronteiras porosas, muitas vezes isoladas e difíceis de monitorar, permitiram que o país emergisse como o principal corredor de cocaína entre os países produtores vizinhos, como Colômbia, Bolívia e Peru, para os mercados da Europa, América do Norte, África, Ásia e até Oceania. O Brasil também serve como uma rota de passagem para o tráfico internacional de pessoas e é um componente-chave das rotas de produtos falsificados. Como mercado de destino, a crescente demanda doméstica do Brasil por drogas, armas de fogo ilegais, cigarros ilegais e mercadorias contrabandeadas também alimenta o crime organizado local, contribuindo para o aumento da violência e da instabilidade dentro de suas fronteiras soberanas.

Essas redes ilícitas cruzam todo o Brasil, são complexas, dinâmicas, e se adaptam rapidamente às mudanças e ações das autoridades. Essas redes

criminosas interconectadas também são marcadas pela policriminalidade, onde vários crimes convergem. Não é incomum que várias mercadorias ilícitas diferentes sejam traficadas para, no, ou do Brasil como parte da mesma remessa, utilizando as mesmas rotas e redes. Da mesma forma, também é comum encontrar mercadorias ilícitas camufladas dentro do enorme fluxo de mercadorias lícitas que percorrem o vasto território brasileiro.

2.1. Brasil como País de Origem

Vários fluxos ilícitos transnacionais têm origem no Brasil. A mineração e a extração de madeira ilegais, juntamente com outros crimes contra a fauna e a flora, tornaram-se uma importante indústria criminosa. Essas atividades contribuem significativamente para a degradação ambiental e geram lucros substanciais. Além do ouro, a extração e exportação ilegal de diamantes e outros minerais e metais valiosos, como o cobre, tornaram-se uma fonte significativa de receita para as redes criminosas. A extração ilegal de madeira na Amazônia chega a aproximadamente 40% de toda a atividade madeireira na região, e existem mais de 4.500 pontos de mineração ilegal de ouro só na bacia amazônica (Imazon, 2022; Risso *et al.*, 2021).

A mineração ilegal, particularmente na região amazônica, emergiu como uma grande questão ambiental, social e econômica. O vasto tamanho, dificuldades do terreno e a fraca capacidade de fiscalização da Amazônia a tornam particularmente vulnerável à exploração por mineradores ilegais. A alta demanda global por ouro, combinada com a inacessibilidade da Amazônia, atraiu GCOs que exploram territórios indígenas, como os das comunidades Yanomami e Munduruku (UNODC, 2023c), levando a graves abusos de direitos humanos e destruição ambiental. Além do ouro, diamantes e outros minerais e metais também são extraídos ilegalmente no norte do Brasil, agravando os impactos ambientais. GCOs cooptam colaboradores locais, funcionários corruptos e intermediários financeiros para facilitar a mineração ilegal, demonstrando um alto grau de adaptabilidade e coordenação. Esses atores desempenham papéis distintos: colaboradores locais fornecem apoio logístico, funcionários e autoridades corruptas ajudam a contornar os mecanismos de fiscalização e intermediários financeiros lavam os recursos mascarando as origens ilícitas desses bens e integrando-os à economia legal. Por exemplo, no

caso da mineração ilegal de ouro na Amazônia, colaboradores locais podem providenciar transporte e mão de obra, enquanto funcionários corruptos facilitam o transporte de ouro através das fronteiras estaduais sem a documentação adequada. Os intermediários financeiros ajudam a lavar os ativos misturando ouro ilícito com ouro de origem legal, tornando difícil para as autoridades rastrear suas origens. No entanto, a tendência mais preocupante é o fenômeno da convergência do mercado criminal (UNODC, 2023b). GCOs ligados ao tráfico de drogas usam extração de madeira, extração mineral, criação de gado e agricultura na Amazônia para lavar dinheiro. De acordo com a operação Narcos Gold de 2021 da Polícia Federal, é comum que traficantes de drogas e madeireiros ilegais compartilhem aviões, pilotos e rotas. Da mesma maneira, várias apreensões em portos como Paranaguá (Manfrin, 2023) e Itaguaí (Aduana, 2022) encontraram cocaína escondida em carregamentos de toras. Além disso, várias minas estão sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas (FBSP, 2024). Esse esforço coordenado demonstra a interação sofisticada entre diferentes atores, cada um contribuindo para o sucesso geral da operação ilícita. A policriminalidade é evidente nessas redes, pois elas envolvem vários tipos de crime simultaneamente – como tráfico de drogas, mineração ilegal, extração ilegal de madeira e tráfico de vida selvagem – que se reforçam mutuamente, complicando ainda mais os esforços para desmantelá-las.

2.2. O Brasil como um Hub de Trânsito

Geograficamente, o Brasil também é um centro de trânsito crítico para os principais fluxos ilícitos transnacionais. Rotas internacionais de tráfico de pessoas e produtos falsificados transitam pelo Brasil. No entanto, o problema mais marcante é o das drogas, especialmente a cocaína. A oferta mundial de cocaína se origina quase inteiramente da Bolívia, Colômbia e Peru (UNODC, 2023c, p.50), e o Brasil está emergindo como uma porta de entrada cada vez mais ativa e um ponto de partida para mercados na Europa, África, Oriente Médio e até Oceania. A cocaína é uma grande força motriz por trás do crime organizado, permitindo uma série de atividades ilícitas, como corrupção, homicídios, lavagem de dinheiro e fraude, além de sobrecarregar os esforços de monitoramento de fronteiras. Ela também contribui para um ciclo de conflito violento entre organizações criminosas e forças de segurança.

As redes de transporte de cocaína são caracterizadas por sua natureza descentralizada, multimodal e centrípeta. Os fluxos ilícitos se movem em várias direções, utilizando rotas aéreas, terrestres e marítimas. A cocaína colombiana se move ao longo da costa atlântica para chegar à Venezuela, Guiana e Suriname, chegando ao Brasil, EUA e Europa. A cocaína colombiana também chega ao Brasil através das extensas e porosas fronteiras terrestres compartilhadas entre os dois países. Movendo-se para o sul, o cloridrato de cocaína é transportado para o leste do Peru para o Brasil, particularmente através das vias navegáveis da bacia amazônica (UNODC, 2023c) mas também através das fronteiras terrestres porosas e difíceis de monitorar bem como usando pequenos aviões. Aproximadamente 37% da cocaína sai do país através de voos para o Brasil e a Bolívia, a maioria partindo das regiões peruanas de Huánuco, Pasco e Ucayali (UNODC, 2023c, p.57). A cocaína peruana também é transportada em pasta básica para a Bolívia, o Chile, a Argentina e o Paraguai, com parte dela sendo transportada para o norte, em direção ao Equador. Uma parcela significativa da cocaína dos países andinos também atravessa o Paraguai, Argentina, Chile, Brasil e Uruguai, no que é conhecido como Rota Sul, com a área da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai funcionando como um importante hub desse fluxo ilícito. Esta Rota do Sul utiliza uma combinação complexa de rotas terrestres, aéreas e fluviais, especialmente ao longo da hidrovia Paraguai-Paraná, para alcançar os principais mercados locais nesses países, bem como pistas de pouso clandestinas e portos importantes ao longo do Atlântico de onde a cocaína é enviada globalmente (UNODC, 2023c; UNODC; CoE, 2022).

Os dados mostram que o Brasil emergiu como um elo importante no transporte de cocaína na América do Sul porque atua como destino, bem como um ponto crítico de trânsito crítico e portal de distribuição. O Brasil conecta cada vez mais as redes de transporte da cocaína andina, que entra no país tanto pelo norte quanto pelo sul, antes de transportá-la para vários mercados ao redor do mundo. O Brasil também está emergindo como um grande consumidor de cocaína na região. Também há evidências de laboratórios clandestinos de refino de cocaína no Brasil que produzem produtos intermediários, como crack e cocaína adulterada, que também é transportada dentro e fora do Brasil para consumo local e em mercados externos. Em julho de 2024, pesquisadores encontraram vestígios de cocaína no fígado e nos músculos de tubarões localizados nas águas costeiras próximas ao Rio de Janeiro. Acredita-se que a cocaína

entrou nas águas através da drenagem de laboratórios ilegais onde a droga está sendo processada, bem como de esgoto não tratado de usuários de drogas (Muzaffar, 2024).

O Brasil é um nóculo crítico no tráfico internacional de drogas não apenas por seus portos marítimos, mas cada vez mais por suas rotas aéreas. A cocaína está sendo transportada do Brasil para países da África Austral e Ocidental para depois seguir para a Europa, Oriente Médio e outros destinos. Também há evidências claras de que os GCOs no Brasil estão aprimorando cada vez mais suas capacidades no transporte aéreo para facilitar o transporte de cocaína para dentro e fora do país. De fato, a Polícia Federal descobriu várias oficinas e pequenas fábricas reequipando aeronaves leves para aumentar sua capacidade de voo e permitir, em alguns casos, que atravessem o Atlântico e cheguem até a África Ocidental (Reis; Rehbein, 2022). Também, há evidências que o *Primeiro Comando da Capital* (PCC) investe na formação de membros para pilotar aeronaves leves.

Em termos de rotas marítimas, o Brasil serve como um corredor chave conectando as rotas de cocaína das tríplices fronteiras (TBA) da Argentina-Brasil-Paraguai (“antiga TBA”) e da Bolívia-Peru-Chile (“nova TBA”) com as regiões portuárias do país, incluindo Paranaguá (Paraná), Itajaí (Santa Catarina), Salvador (Bahia) e Santos (São Paulo). Esses portos funcionam como pontos de conexão para as redes de transporte ilícito do Brasil, permitindo que suas redes se conectem a uma vasta malha global de frete marítimo. A conexão entre essas duas áreas de tríplice fronteira com os portos do Brasil e de outros países da região, como Argentina e Uruguai, é um componente crítico da dinâmica global do contrabando de cocaína, pois facilita o transporte de drogas sul-americanas para diferentes partes do mundo (UNODC, 2023c; UNODC; CoE, 2022). Vale ressaltar que esse é um fenômeno relativamente recente, pois o aumento do monitoramento e escrutínio dos embarques de contêineres nos portos tradicionais da Colômbia e do Peru levou a um declínio em seu uso para o tráfico de drogas. O extenso litoral brasileiro, as ligações diretas com as zonas de produção nos países andinos, a extensa infraestrutura estatal, os inúmeros portos de contêineres, o alto volume do comércio com a Europa e o cenário do crime organizado arraigado tornaram essa uma alternativa atraente. Consequentemente, a dinâmica do tráfico de cocaína migrou para o Brasil, com o porto de Santos servindo como hub inicial, seguido por outros como Paranaguá e Itajaí. Ao mesmo tempo, também houve uma

mudança notável nas rotas usadas pelos traficantes de drogas no Brasil. Em resposta ao aumento da segurança nos portos maiores, os GCOs estão cada vez mais utilizando portos menores no nordeste e mais a sul. Esses portos menores têm capacidades limitadas de monitoramento e rastreamento dos contêineres, tornando-os uma opção atraente para os traficantes. No entanto, apesar dessa mudança, o porto de Santos permanece o principal local de exportação de cocaína, superando em muito outros portos. Vale destacar que o porto de Santos é controlado pelo PCC, que também possui armazéns na cidade para armazenamento e transporte de cocaína. Também é importante reconhecer que essa migração é um processo contínuo, não apenas no Brasil, mas também no Cone Sul, onde os traficantes estão se deslocando para portos em países com histórico de negócios relativamente limpo, como Argentina, Uruguai e Chile.

O uso de vários meios de transporte tem sido observado em todas as rotas que saem da América do Sul para a Europa e África. Embora pequenas aeronaves e voos fretados privados, bem como remessas por meio de companhias aéreas e aeroportos comerciais, tenham permanecido em uso, surgiram outros meios de transporte. Há registro, por exemplo, do uso de narcoss submarinos e navios à vela para transportar grandes quantidades de cocaína para a Europa e a África desde pelo menos 2018 (Dolz, 2019). No entanto, nos últimos 30 anos, o transporte de contêineres emergiu como o método preferido para o transporte de grandes quantidades de cocaína. O transporte de contêineres é significativamente vulnerável já que apenas uma pequena fração dos 750 milhões de contêineres que circulam globalmente a cada ano são inspecionados. Adicionalmente, os contêineres também facilitam o transporte a granel de cocaína para atender à crescente demanda mundial (McDermott *et al.*, 2021). Ademais, as técnicas de envio de contêineres evoluíram ao longo do tempo em resposta às medidas de segurança, sendo a contaminação de contêineres frios e não marcados um método preferido hoje. Uma tendência é a contaminação de contêineres enquanto se movem dos portos marítimos para o interior do país ou vice-versa. No Brasil, o PCC conta com uma rede de caminhoneiros e estivadores para garantir o acesso aos contêineres apropriados para o tráfico. O grupo também fez acordos com outros cartéis e usa uma nova geração de especialistas em logística portuária para organizar carregamentos de cocaína para fora do país. A gravidade dessa ameaça levou até mesmo grandes empresas de navegação, como MSC e MEDLOG, a suspenderem suas operações terrestres em todo o Brasil em

janeiro de 2022 devido ao crescente risco representado pelos traficantes de drogas visando o comércio de contêineres (Papazefkou, 2022).

Vale ressaltar que os métodos e o escopo do tráfico sofreram mudanças significativas. O tráfico sul-americano agora é mais sofisticado e envolve uma variedade de rotas, com três caminhos principais: a Rota Sul, a Rota do Caribe e a Rota da África Ocidental/Sahel. Entre eles, a Rota Sul atravessa o Brasil e vê a cocaína sendo transportada do Brasil e do Uruguai para a Europa, com alguns carregamentos via África. Essa rota não é uma exclusividade dos GCOs brasileiros e andinos. Máfias internacionais como a 'Ndrangheta e a máfia sérvia estão presentes no Brasil para garantir seu fornecimento de cocaína (Singh; Lasmar, 2023). Esses grupos se adaptaram às mudanças do mercado e avançaram na cadeia de suprimentos, estabelecendo conexões diretas com GCOs brasileiros como o PCC para facilitar o comércio. Há evidências de que GCOs do Brasil, Colômbia e Venezuela estão formando alianças de conveniência no exterior. Há, inclusive, suspeitas de alianças operacionais com organizações extremistas que operam no norte e no oeste da África.

2.3. Brasil como Destino/Mercado

Além de ser um ponto de origem e trânsito, o Brasil é um importante mercado de destino de drogas, armas de fogo ilegais e mercadorias contrabandeadas, como cigarros, eletrônicos, roupas e pesticidas. O Brasil emergiu como um mercado consumidor proeminente de drogas ilícitas, particularmente cocaína. Ele é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo perdendo apenas para os Estados Unidos, tornando-se um destino extremamente lucrativo para os GCOs. O crescente mercado ilícito de armas alimentou o crime organizado local, exacerbando a violência em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. O tráfico de pessoas para o Brasil apoia principalmente os mercados domésticos de trabalho e exploração sexual, particularmente em setores como agricultura, construção e trabalho doméstico. As vítimas são frequentemente traficadas de países vizinhos, como Venezuela, Bolívia e Paraguai. O tráfico de pessoas também se cruza com outras atividades ilícitas, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Os GCOs costumam usar indivíduos traficados como mulas para contrabandear drogas através das fronteiras, aproveitando da sua vulnerabilidade para promover suas operações. Os lucros do tráfico

de pessoas são lavados por meio de vários canais, incluindo sistemas informais de transferência de dinheiro e negócios legítimos, consolidando ainda mais o crime organizado na economia brasileira.

O Brasil também é um grande mercado para produtos falsificados, incluindo eletrônicos e produtos farmacêuticos. Roupas falsificadas e produtos de luxo também são comuns no Brasil, com grande parte desses produtos sendo vendidos em mercados de rua informais e mercados online. A maior parte desses produtos falsificados é originária da Ásia, principalmente da China, e é contrabandeada para o Brasil através do Paraguai e outros países vizinhos. No entanto, o Brasil serve como mercado de destino para dois produtos ilícitos importantes: maconha e cigarros ilícitos.

Hoje, o Brasil é o maior mercado de cannabis da América Latina. O Paraguai é a principal fonte da droga para o Brasil e também o maior produtor de maconha da América do Sul. 93,7% do cultivo de cannabis do Paraguai está concentrado no nordeste do país, ao longo da fronteira seca com o Brasil (Martens, 2019). Desde o final da década de 1990, a fronteira paraguaia e a maior parte do comércio de cannabis do Paraguai foram divididos entre o CV e o PCC. Essa aliança entre ambos terminou em 2016 e marcou a eclosão de um conflito sangrento entre os dois grupos resultando no aumento da violência no Paraguai, especialmente na sua fronteira com o Brasil.

Hoje, a TBA entre Paraguai, Brasil e Argentina é marcada pela forte presença de traficantes de drogas. Com o tempo, o negócio da maconha se fragmentou, com os poucos grandes traficantes sendo substituídos por centenas de pequenos e médios grupos que têm ligações estreitas com uma estrutura política local corrupta que se beneficia dos fluxos de dinheiro ilegais associados ao tráfico de drogas. Os GCOs funcionam impunemente nesta região, graças não apenas às autoridades locais corruptas, mas também aos empresários que muitas vezes estão envolvidos tanto na produção de cannabis quanto no comércio de cocaína. Assim, há uma “cadeia produtiva integrada” composta por proprietários de terras, trabalhadores do transporte, empresas de segurança privada e assassinos contratados, além de atravessadores que protegem plantações e pistas de pouso e trabalham para tornar a cannabis a economia criminosa mais importante do Paraguai e o Brasil o seu destino mais importante, com 80% de toda a maconha paraguaia destinada aos mercados brasileiros.

Recentemente, surgiram relatos de que o PCC está indo além da compra de maconha no Paraguai e entrando no seu cultivo. Uma vez dentro do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro funcionam como centros de consumo de cannabis importada. São Paulo, especialmente, também funciona como um centro de distribuição para o centro e sul do país. No norte do Brasil, a maioria da cannabis comercializada é colombiana. Grupos como o PCC e o CV estão potencialmente não apenas tentando lentamente controlar o cultivo de cannabis, mas também dominando o mercado atacadista; Eles trabalham com várias redes e indivíduos para vender a cannabis no varejo. O PCC está fortemente envolvido no transporte de maconha da antiga TBA para o Brasil, usando as modalidades terrestre e aérea.

O Paraguai também é o eixo do comércio ilícito de produtos de tabaco para países do Cone Sul e além. A indústria do tabaco do Paraguai cresceu nos anos 2000 e se beneficiou de sua localização próxima tanto dos mercados da Argentina e Chile que têm altas taxas de tabagismo quanto dos dois principais produtores de folha de tabaco na América Latina: Brasil e da Argentina. De fato, o crescimento do cultivo de tabaco no Brasil está diretamente ligado à evolução do setor de cigarros do Paraguai. As medidas anticontrabando adotadas pelo Brasil no final da década de 1990 acabaram empurrando a produção de cigarros para o Paraguai. Este, por sua vez, se tornou o principal fornecedor do mercado negro do Brasil levando a um aumento exponencial na sua produção de cigarros. Este comércio ilícito de cigarros é extremamente atrativo graças à enorme discrepância nos níveis de tributação. O Paraguai cobra uma alíquota de imposto de 16% em comparação com os 80% do Brasil (Bargent, 2017).

Uma vez produzidos no Paraguai, a maioria dos cigarros contrabandeados é carregada em barcos e enviada através do rio Paraná para o Brasil. Em 2021, o IBOPE estimou que quase 50% dos cigarros consumidos no Brasil eram ilegais. As organizações criminosas trabalham em ambos os lados do rio, muitas vezes com o conluio de funcionários da alfândega, segurança de fronteira, polícia e outros atores estatais. Uma vez que os cigarros chegam ao lado brasileiro, eles são transportados do Paraná para todos os cantos do país em carros, ônibus e caminhões.

Há algumas evidências de que facções criminosas brasileiras estão investindo deliberadamente no contrabando de cigarros como forma de ganhar dinheiro rápido para financiar a compra de armas e drogas. Em outras palavras, GCOs estão investindo no contrabando de cigarros como

um mecanismo para diversificar seus negócios. Essa mudança não é benigna. Além de ampliar o risco à saúde pública e à economia do estado, existem claras sobreposições entre contrabando de cigarros, peculato, falsificação e outros crimes violentos, incluindo tráfico de armas e drogas (CNCP, 2021).

Em suma, o mercado local em expansão de produtos ilícitos empoderou os GCOs, fornecendo-lhes um fluxo constante de receita. A interação entre a oferta de drogas ilícitas, a demanda por armas e o envolvimento na lavagem de dinheiro cria um ciclo vicioso que retroalimenta e perpetua a violência e criminalidade em todo o país. Abordar essa questão requer estratégias abrangentes de redução da demanda, que incluem intervenções de saúde pública, iniciativas comunitárias e oportunidades econômicas para reduzir a atratividade das atividades criminosas.

3. QUEBRANDO A CORRENTE: COMBATENDO OS FLUXOS ILÍCITOS COM AÇÕES EM REDE

As redes de crime organizado, como o PCC e o CV, são altamente globalizadas e têm capacidade para coordenar atividades ilegais em escala global. Nessas redes, altas taxas de inovação em táticas, capacidades e compartilhamento de informações permitem que elas se adaptem rapidamente às mudanças, neutralizando rapidamente as respostas do Estado. Sua estrutura globalizada em rede incentiva a terceirização da criminalidade e interage cada vez mais com os mercados e atores locais. Em áreas críticas, a linha entre os mercados branco, cinza e negro pode ser incrivelmente tênue. O tamanho atual dos mercados ilegais já é grande e se expande rapidamente, potencialmente representando de 2 a 5% do PIB global (NASDAQ, 2024), o que equivaleria à 4ª maior economia global. Isso demonstra a capacidade das redes criminosas acumularem recursos financeiros consideráveis e até rivalizar as capacidades estatais e a cooptar e corromper instituições legais.

Essas redes ilícitas estão bem adaptadas e respondem rapidamente ao seu ambiente. Essa agilidade advém de células e grupos que gerenciam apenas um estágio ou função específica da cadeia de suprimentos de fluxo ilícito, mas que estão conectados a uma rede maior. O resultado é que os GCOs são cada vez mais heterogêneos, abrangendo um número crescente

de atores diversos e, portanto, tornando-se mais fragmentados e complexos. Sua estrutura também varia localmente para atender à geografia de cada etapa do fluxo: produção, distribuição ou consumo (UNODC, 2023c).

Ademais, fatores estruturais e institucionais contribuem para a criação de um ambiente favorável ao crime. O comércio ilícito é muito resiliente e enfrentá-lo é uma tarefa difícil. Exige um esforço concentrado de coleta de inteligência, paciência e uma abordagem colaborativa de várias organizações governamentais, bem como a participação do setor privado. Para combater essa ameaça, as respostas políticas locais, nacionais, regionais e internacionais devem estar alinhadas. Eles também devem identificar as principais capacidades e necessidades da rede ilícita e desenvolver uma variedade de estratégias para explorar suas vulnerabilidades e interromper suas funções críticas. Isso requer uma resposta integrada em uma ampla gama de áreas. Há verdade no clichê “ameaças em rede exigem respostas em rede”. Seguindo o modelo de “ataque à rede” (USJFC, 2011), as respostas das políticas públicas devem apoiar redes amigáveis; influenciar redes neutras e neutralizar redes criminosas.

3.1. Apoio a Redes Amigas

Em termos de política de prevenção, as respostas devem ter como objetivo criar um ambiente em que o custo da criminalidade seja elevado. Em outras palavras, as políticas devem ter como objetivo interromper e aumentar o risco dentro de um modelo de negócios de comércio ilícito. Um passo nessa direção é aumentar o custo das práticas criminosas e, ao mesmo tempo, diminuir a aceitação cultural das práticas criminosas. Portanto, as políticas criminais não devem se concentrar apenas no crime, mas também no fomento da cooperação do setor privado e do envolvimento da sociedade civil. Assim, é importante criar uma cultura de legalidade em que tanto as empresas quanto os consumidores sejam socialmente conscientes e exijam selos sociais, conformidade ética e certificados de origem para os produtos e serviços que fornecem, usam ou compram. No entanto, esse é um processo desafiador e requer uma abordagem de estratégia de longo prazo.

Localmente, as campanhas públicas podem aumentar a conscientização pública sobre os perigos e consequências do comércio

ilícito e a importância de agir contra ele. Campanhas de conscientização, engajamento comunitário e iniciativas de educação pública voltadas para a sociedade civil e entidades como ONGs podem desempenhar papéis importantes na criação de uma cultura geral de integridade, ajudar a prevenir o envolvimento no comércio ilícito e reduzir a demanda por bens e serviços ilegais. A mentalidade de aceitação de certos crimes como “menores” atua como um importante facilitador do comércio ilícito, especialmente em relação aos produtos falsificados ou contrabandeados. É importante criar um ambiente hostil para o funcionamento das redes criminosas.

A construção de parcerias entre organizações da sociedade civil e agências governamentais também pode ajudar a prevenir o envolvimento da sociedade civil no comércio ilícito. A colaboração pode ajudar a identificar e abordar as causas profundas do comércio ilícito e fortalecer a capacidade das organizações civis de detectar e denunciar atividades suspeitas. As políticas públicas devem se conectar às comunidades locais e ONGs para lidar com o recrutamento local do crime e fatores de pressão e tração, como exclusão social, desemprego ou mesmo contracultura. Portanto, os indivíduos vulneráveis devem ser protegidos e as vítimas de crimes devem receber compensação adequada. Fornecer meios de subsistência alternativos para comunidades vulneráveis, por exemplo, promovendo o comércio legal e a criação de empregos nas comunidades afetadas, pode ajudar a prevenir seu envolvimento no comércio ilícito. Políticas públicas e iniciativas privadas podem promover atividades legais e econômicas, bem como apoiar o desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis. Além disso, as comunidades afetadas e vulneráveis devem ter voz. Os programas de extensão comunitária podem fornecer recursos para educação e treinamento profissional e construir relacionamentos entre a aplicação da lei e os líderes comunitários. Essa relação pode reduzir o apelo das organizações criminosas e ajudar a prevenir futuros recrutamentos.

As iniciativas também devem ter como objetivo combater e desafiar as narrativas e ideologias que legitimam as ações do GCO. Nesse sentido, as campanhas de conscientização também devem considerar as consequências negativas do comércio ilícito. Em alguns casos, as consequências do comércio ilícito revelaram-se extremamente prejudiciais e prejudiciais para a população local, especialmente quando há territorialização da criminalidade organizada. Expor o contraste entre

as condições da população local e as dos chefes do crime pode ser uma ferramenta de conscientização que pode contribuir para os esforços de combate ao comércio ilícito e para a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis.

O treinamento de ONGs, líderes, empresas e sociedade civil é igualmente importante. A sociedade civil e o setor privado desempenham um papel fundamental na detecção de atividades de criminalidade organizada. Por exemplo, o chamado setor obrigado pode ser uma importante fonte de inteligência para investigar corrupção e lavagem de dinheiro. Instituições financeiras e alguns serviços têm a obrigação de registrar transações suspeitas no COAF. A triagem adequada e relatórios de transações suspeitas de qualidade podem ajudar, em muito, a prevenir a lavagem de dinheiro e melhorar investigações futuras. O treinamento também pode ajudar a diminuir a vulnerabilidade a outras práticas, como o uso indevido e o abuso de pequenas empresas e ONGs legítimas por GCOs sem o seu conhecimento.

É ainda importante que o governo federal priorize a implementação de ações para promover práticas de governança de integridade em instituições públicas e economias locais. Essas ações devem objetivar melhorar o diálogo entre o governo, a população local e o setor privado. Os regulamentos e sistemas devem promover uma maior participação, o estado de direito, a transparência, a equidade, a inclusão e a responsabilização, a fim de fortalecer as instituições públicas e privadas contra a penetração do crime organizado. As políticas públicas federais devem promover o desenvolvimento sustentável, abordando os fatores de recrutamento para o crime organizado e, ao mesmo tempo, reforçando as capacidades humanas e materiais das instituições envolvidas no combate aos mercados ilícitos.

Internacionalmente, o setor privado e governos estrangeiros podem ajudar a impulsionar as instituições públicas e privadas a reformar suas práticas e aumentar sua resiliência contra o crime organizado. Regulamentações e práticas que responsabilizam as empresas pela integridade de toda a sua cadeia de suprimentos podem levar os mercados internacionais que realizam negócios com empresas no Brasil a exigir destas práticas de compliance como certificados de origem/destino dos produtos, selos sociais, comprovação de boas práticas de combate à lavagem de dinheiro e anticorrupção. O reforço da cooperação policial internacional

também é um passo importante. É essencial melhorar a cooperação direta entre os países. A aplicação eficiente da lei requer coordenação e agilidade. As redes criminosas são extremamente dinâmicas e têm uma forte capacidade de regeneração. Embora a cooperação internacional no Brasil tenha melhorado nos últimos anos, ainda há espaço para melhora nos processos burocráticos e no alinhamento das diferenças entre os procedimentos operacionais dos diferentes países nos procedimentos investigativos, administrativos e judiciais transfronteiriços. Assim, é importante adotar medidas concertadas para simplificar e compatibilizar esses procedimentos, incluindo melhorias nas estruturas legais existentes para facilitar ainda mais a cooperação entre as forças policiais e de inteligência entre os países e alinhar as legislações pertinentes.

A cooperação internacional não deve se limitar apenas entre as forças de inteligência e policiais dos países vizinhos, mas também atingir os países onde os fluxos ilícitos se originam, transitam ou terminam. O aumento da cooperação internacional pode ajudar a direcionar as atividades transfronteiriças para identificar e interromper a capacidade de redes ilícitas operarem em várias jurisdições, afetando, por exemplo, a cadeia de suprimento de precursores. O reforço da cooperação transfronteiriça pode assumir várias formas: A melhoria da capacidade dos funcionários aduaneiros de detectar e apreender carregamentos de comércio ilícito em portos, aeroportos e postos fronteiriços; o aumento do uso da tecnologia para melhorar e modernizar os controles aduaneiros; iniciativas de parcerias público-privadas para o desenvolvimento e implantação de tecnologias de aprimoramento da inteligência e operações policiais; cooperação no compartilhamento de informações sobre novas tecnologias e trabalhos conjuntos em pesquisa e desenvolvimento; o impulsionamento dos canais de comunicação entre as forças de inteligência e policiais em diferentes países usando canais de comunicação seguros, como sistemas de mensagens criptografadas, para compartilhar informações e inteligência; centros integrados e pontos focais para o intercâmbio de informações e inteligência sobre ameaças emergentes, modus operandi, tendências e novos desenvolvimentos.

3.2. Influenciar Redes Neutras

A criação de uma cultura de integridade é essencial a promoção da resiliência contra o apoio inocente ou involuntário ao comércio ilícito.

No entanto, é importante monitorar e implementar políticas ativas para influenciar as redes neutras, ou seja, aquelas redes que são vulneráveis por praticarem a cegueira deliberada ou por terem a potencialidade de se tornarem cúmplices de práticas criminosas. Como os GCOs no Brasil estão fragmentando cada vez mais sua cadeia de produção, transporte e venda em todo o mundo, eles dependem de um número crescente de redes autônomas menores e especializadas em estágios ou funções específicas dos mercados ilícitos. Assim, as GCOs subcontratam empreendedores criminosos que prestam apoio e serviços especializados, como falsificadores, pilotos, advogados, contadores, consultores jurídicos e financeiros, financiadores, transportadores, registradores, agências imobiliárias e provedores de logística. Frequentemente, estes empreendedores possuem redes menores e independentes que prestam serviços altamente especializados simultaneamente a vários GCOs diferentes. Seus conhecimentos especializados são críticos para a continuidade do negócio ilícito e de difícil substituição. Conseqüentemente, os empreendedores criminosos e suas redes estão se tornando mais robustos e acumulando recursos se consolidando enquanto redes ilícitas independentes (UNODC c, 2023). Essas redes se tornam facilitadores essenciais das atividades criminosas se configurando como alvos de alto valor cuja neutralização tem o potencial de causar uma grande interrupção na atividade criminosa e por isso devem ser alvo das políticas de prevenção e combate ao comércio ilícito. Respostas políticas apropriadas devem, portanto, agir para aumentar o custo de indivíduos neutros ou vulneráveis serem corrompidos em empreendedores criminosos, *insiders* ou lavadores de dinheiro.

Um exemplo de uma rede neutra especializada fundamental para o crescimento do comércio ilegal são as empresas de marketplace na Internet que não implementam mecanismos de controle adequados. A ascensão do comércio eletrônico pós-pandemia facilitou o comércio de produtos ilícitos online. Os marketplaces da *darkweb*, plataformas de mídia social e outros fóruns online tornaram-se canais populares para a venda de produtos ilícitos, desde produtos falsificados até drogas e armas. Os marketplaces desempenham um papel significativo facilitando o comércio ilícito transnacional, inclusive em crimes ambientais (GI-TOC, 2024), não apenas conectando compradores e vendedores, mas também conferindo um véu de legitimidade aos produtos ilegais.

Os reguladores devem criar mecanismos para que os marketplaces adotem estratégias de prevenção ao comércio ilícito. Existem várias

estratégias possíveis para impedir que vendedores fraudulentos usem a plataforma para se envolver em atividades ilícitas. As empresas podem implementar um rigoroso processo de triagem para vendedores e verificar sua identidade, registro comercial, origem dos produtos vendidos e outros detalhes relevantes. Também podem monitorar listagens de produtos por meio de sistemas automatizados que verificam listagens em busca de palavras-chave, imagens ou outros indicadores de produtos proibidos para identificar itens ilegais ou proibidos. Um sistema de reputação que permite aos usuários avaliar e avaliar vendedores e produtos para ajudar a identificar maus atores e desencorajar o comércio ilícito pode ser desenvolvido. Pode-se disponibilizar canais e mecanismos de denúncia para denunciar atividades ilegais ou suspeitas na plataforma, como a venda de produtos falsificados ou mercadorias roubadas, e uma equipe que investigue essas denúncias e tome as medidas cabíveis. A colaboração com as autoridades para identificar e coletar evidência e informações sobre atividades suspeitas de indivíduos envolvidos no comércio ilícito na plataforma. A criação de práticas educativas sobre os riscos do comércio ilícito e a importância de denunciar atividades suspeitas.

Outro ponto crítico é a economia intensiva em dinheiro em espécie, e a presença de zonas de livre comércio. Pequenos empreendedores em comércios de uso intensivo de dinheiro em espécie são especialmente vulneráveis à lavagem de dinheiro ou outras formas de crime financeiro devido ao volume de transações em fiat e seus sistemas de registro e controles limitados ou inexistentes. Políticas públicas e parcerias com instituições financeiras e fintechs podem aumentar a inclusão financeira, fornecendo acesso a serviços financeiros formais, como contas bancárias, serviços bancários móveis e pagamentos digitais para ajudar a reduzir a dependência de transações em dinheiro vivo. Também, a educação financeira de indivíduos e pequenos empresários pode ajudá-los a entender os riscos de lavagem de dinheiro e os benefícios dos serviços financeiros formais.

Além disso, os regulamentos de conformidade comercial e os mecanismos eficazes de fiscalização podem desincentivar a sociedade civil de se envolver no comércio ilícito. O setor privado pode involuntariamente se envolver no comércio ilícito por meio de suas cadeias de suprimentos, bases de clientes ou funcionários. Os regulamentos que exigem que as empresas realizem a devida diligência em seus fornecedores, colaboradores e clientes podem garantir que eles não estejam involuntariamente

envolvidos no comércio ilícito. A devida diligência deve ser acompanhada por medidas de segurança na cadeia de suprimentos que impeçam a entrada de mercadorias ilícitas em suas linhas de produção, como o uso de embalagens invioláveis, a realização de inspeções e a implementação de sistemas de rastreamento e monitoramento.

As regulamentações também podem exigir que as empresas desenvolvam e implementem políticas e treinamento contra o comércio ilícito. Essas políticas podem incluir diretrizes para funcionários, procedimentos para identificar e relatar atividades suspeitas e medidas para lidar com violações das políticas da empresa. As empresas devem fornecer treinamento a seus funcionários sobre os riscos e impactos do comércio ilícito, como identificar e relatar atividades suspeitas e como evitar o envolvimento involuntário no comércio ilícito. Além disso, agências governamentais e empresas devem colaborar entre si para trocar informações e manter-se informadas sobre as últimas ameaças, modus operandi e tendências no comércio ilícito para ajudá-las a identificar e responder a atividades suspeitas.

Outra rede neutra importante é a dos ex-membros dos GCO. É importante adotar políticas públicas que forneçam uma saída para os membros do GCO e melhorar os atuais programas prisionais de reabilitação, qualificação e reintegração. Este é um aspecto crítico no Brasil, pois não apenas o sistema prisional permanece superlotado, severamente subfinanciado e com condições precárias, mas também os GCOS controlam crimes fora do sistema prisional diretamente de dentro de suas celas. Esses grupos estabelecem um sistema complexo de controle sobre os presos, funcionários e recursos. Eles usam corrupção, violência e intimidação para controlar presos e funcionários. Assim, em vez de reabilitar, o sistema prisional tornou-se um terreno fértil para o crescimento do crime organizado.

Melhorar as condições prisionais é uma tarefa complexa e desafiadora. As autoridades brasileiras têm lutado para conter a influência dos GCOs. Várias respostas políticas são necessárias. Os sistemas prisionais exigem financiamento para melhorias na infraestrutura, pessoal e treinamento. A implementação de alternativas ao encarceramento, como serviços comunitários ou monitoramento eletrônico para infratores de baixo risco e aumento do acesso à liberdade condicional para presos elegíveis, pode contribuir para reduzir a superlotação. Melhorar as condições dos

funcionários prisionais, incluindo melhor treinamento, salários mais altos e melhores medidas de segurança, pode ajudar a reduzir a probabilidade de corrupção e melhorar a qualidade de vida geral dos presos. A implementação de programas de educação e treinamento profissional, bem como saúde mental e tratamento de dependência, pode ajudar a reduzir as taxas de reincidência e melhorar as chances de reintegração bem-sucedida. Combater a corrupção e responsabilizar os responsáveis pode melhorar o funcionamento geral do sistema judicial e conduzir a melhores condições prisionais. Finalmente, é igualmente importante ter programas sólidos para as vítimas e proteção de testemunhas.

3.3. Neutralizar as Redes Criminosas

Respostas apropriadas devem considerar a escassez crônica de recursos humanos e materiais das agências Brasileiras. Uma forma de se enfrentar a escassez de recursos é adotar uma gestão baseada em inteligência. Através da inteligência, é possível elaborar ações para neutralizar as redes criminosas atingindo os seus alvos de alto valor (HVT). Desta forma, os recursos são empregados para comprometer ou remover alvos críticos selecionados que podem causar danos significativos ou interrupções na capacidade de funcionamento da rede criminosa. Os alvos de alto valor são alvos que têm importância ou valor significativo, de difícil substituição e cuja perda ou interrupção causa um impacto substancial no funcionamento ou desempenho geral da rede. Os alvos de alto valor não se restringem apenas aos líderes do GCO ou à atividade criminosa direta nas ruas. Ambos não necessariamente serão alvos de alto valor. Alvos de alto valor podem incluir facilitadores, precursores insubstituíveis, transportadores, liberdade de movimento do grupo e seus produtos e serviços, prestadores de serviços, base de apoio político, etc. Podem também compreender alvos menos óbvios e, portanto, geralmente ignorados, como serviços ilícitos específicos, a marca do grupo, o marketing do GCO, a coesão interna do grupo, causas de recrutamento e entrada no crime, narrativas de grupo, bem como as causas profundas que criam demanda por bens e serviços ilícitos.

Assim, a resposta às redes ilícitas deve ser integrada em todos os níveis. Demanda componentes locais, regionais, nacionais e internacionais, pois as redes e fluxos ilícitos não operam apenas no Brasil. Seguindo

essa lógica, as respostas integradas devem ter como alvo as condições de formação e manutenção do GCO, corroer o ambiente de acomodação, aumentar os custos associados às atividades criminosas e restringir a liberdade de movimento (UNODC, 2021). As estratégias para neutralizar alvos de alto valor incluem identificar, prender, extraditar e isolar os líderes chave, prestadores de serviços críticos e organizadores para interromper a hierarquia da rede criminosa e enfraquecer sua capacidade de comando, controle, coordenação e comunicação das atividades criminosas. Outra ação é a descapitalização das redes criminosas, apreendendo os seus ativos e lucros, bem como combater os fluxos financeiros ilícitos. Sanções internacionais de indivíduos e entidades envolvidos no comércio ilícito como o congelamento de bens ou restrição de viagens, além de fortalecer a coleta e análise de inteligência financeira, pode ser uma ferramenta poderosa na neutralização de redes ilegais que operam globalmente. A implementação dos padrões do GAFI também contribui para a formação de um ambiente menos favorável à criminalidade e pode levar a uma melhora de processos como a identificação dos beneficiários finais, tratamento de transações suspeitas e resiliência contra crimes financeiros. A disrupção da cadeia logística e de infraestrutura pode ser direcionada às rotas de transporte, canais de comunicação e casas seguras. As cadeias de suprimentos das quais dependem as redes criminosas também podem ser interrompidas por meio da neutralização de instalações de produção, rotas de contrabando, etc.

Um exemplo de alvo de alto valor da cadeia de suprimentos de uma rede ilícita são os precursores necessários para produzir produtos ilegais e que não têm substitutos. Uma estratégia para evitar o desvio de precursores é regular sua produção, importação e distribuição. Isso pode ser alcançado por meio de requisitos de licenciamento e registro, obrigações de manutenção de registros e relatórios e controles rígidos sobre as quantidades de precursores que podem ser vendidos ou comprados. No entanto, é importante observar que muitos precursores importantes já estão regulamentados, mas ainda são desviados e convertidos em cadeias de suprimentos de comércio ilícito. Por conseguinte, é necessário melhorar o monitoramento e a inspeção de toda a cadeia de abastecimento de precursores para detectar atividades suspeitas. Obviamente, isso requer um esforço que vai além do Brasil. Mais uma vez a cooperação internacional se torna essencial para compartilhar informações, realizar inspeções e

investigações conjuntas de instalações de produção de precursores, locais de transporte e armazenamento, bem como para rastrear seu movimento na cadeia de suprimentos usando tecnologias de rastreamento digital. Além disso, educar o público e a indústria sobre os riscos e consequências do desvio de precursores também pode ser eficaz na prevenção de seu uso em negócios ilícitos. Campanhas de conscientização pública, programas de treinamento para trabalhadores da indústria e materiais educacionais para o público em geral podem aumentar a conscientização sobre os riscos associados ao desvio de precursores e evitar que os indivíduos contribuam inadvertida ou intencionalmente para seu uso ilícito.

Recentemente, várias redes criminosas na América Latina não controlam mais toda a cadeia de suprimentos do comércio ilícito, como no caso da cocaína. GCOs expandiram muito seu alcance e escala, mas se tornaram vulneráveis por dependerem cada vez mais de parcerias com outras redes criminosas. A cooperação entre os GCOs tende a ser superficial, dinâmica e instável. Assim, é essencial realizar coleta de inteligência para entender e mapear a estrutura, as atividades e, especialmente, as relações e vínculos entre diferentes redes criminosas para identificar vulnerabilidades e oportunidades de disrupção. Visar redes criminosas especializadas e indivíduos envolvidos em alianças pode afetar seriamente as suas operações e enfraquecer suas associações como um todo. O confisco de bens também pode ser utilizado para apreender os bens de organizações criminosas e indivíduos envolvidos em alianças, dificultando a sua operação e expansão das suas atividades criminosas. Outra maneira de se atingir as alianças de um GCO é entender e explorar a rivalidade entre os grupos.

Outros alvos de alto valor incluem a narrativa de grupo e sua marca. Visar a marca e as narrativas do crime organizado criminoso pode minar sua reputação e capacidade de operar, atrair novos membros e incutir medo em seus rivais. Iniciativas como expor suas atividades criminosas e destacar o impacto negativo que elas têm na sociedade por meio de campanhas na mídia, declarações públicas e mensagens direcionadas a potenciais recrutas podem ter um impacto sobre esses grupos. Essas campanhas também devem desafiar as narrativas dos OCGs que se retratam como “bons criminosos” que protegem suas comunidades de ameaças externas.

4. CONCLUSÃO

O Brasil está em uma encruzilhada crítica na luta global contra o crime organizado. Sua posição geográfica estratégica e ricos recursos naturais o tornaram um hub chave das redes ilícitas transnacionais, que compreendem desde o tráfico de drogas até a mineração ilegal e o contrabando de pessoas. Como este artigo destacou, o Brasil não é apenas uma origem, trânsito ou destino desses fluxos ilegais, mas um hub cada vez mais sofisticado onde convergem várias formas de crime, muitas vezes se adaptando mais rápido do que as autoridades podem responder. Essa policriminalidade cria consequências em cascata, afetando tudo, desde a sustentabilidade ambiental até a saúde pública, governança e estabilidade econômica.

Para combater essas ameaças multifacetadas, o Brasil deve alavancar a cooperação local e internacional, usando estratégias integradas que visam todo o ecossistema criminoso. Isso significa não apenas perseguir alvos de alto valor dentro do crime organizado, mas também interromper a infraestrutura que permite que essas redes prosperem. Construir resiliência no nível da comunidade, promover parcerias além das fronteiras e criar incentivos para atividades econômicas legais são passos cruciais para reduzir a influência de atores criminosos.

Em última análise, o combate ao crime organizado no Brasil requer uma mudança de paradigma. Em vez de repressões isoladas, é necessária uma abordagem holística – que aborde as condições socioeconômicas que permitem que essas redes operem, reforce a confiança do público nas instituições e promova uma cultura de integridade. Somente atacando essas questões em sua raiz o Brasil pode esperar dismantelar as poderosas redes criminosas que ameaçam seu desenvolvimento e estabilidade, abrindo caminho para um futuro mais seguro e próspero.

5. REFERÊNCIAS

ADUANA. (2022). *Receita Federal Apreende 340kg de Cocaína Dentro de Toras de Madeira*. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/04/receita-federal-apreende-340kg-de-cocaina-dentro-de-toras-de-madeira>, acessado em 15/10/2024.

BARGENT, J. (2017). *Report Breaks Down Paraguay to Brazil Cigarette Smuggling Trail*. InSight Crime. Disponível em <https://insightcrime.org/news/>

brief/report-breaks-down-paraguay-brazil-cigarette-smuggling-trail/, acessado em 15/10/2024.

CNCP. (2021). *Relatório Anual 2021 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria*. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Brasília.

Dolz, P. O. (2019). Apresado en Galicia el Primer ‘Narcosubmarino’ de Europa con Más de 3.000 Kilos de Cocaína. *El País*.

FBSP. 2024. *Narcogarimpo na Amazônia*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/narcogarimpo-na-amazonia/>, acessado em 15/10/2024.

IMAZON. (2022). *Almost 40% of Logging in Amazon is Illegal, Shows an Unprecedented Study*. IMAZON. Disponível em: <https://imazon.org.br/en/imprensa/almost-40-of-logging-in-the-amazon-is-illegal-shows-an-unprecedented-study/>, acessado em 15/10/2024.

MUZAFFAR, M. (2024). *Sharks Off Coast Of Brazil Test Positive For Cocaine*. INDEPENDENT, 23, julho de 2024. Disponível em <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/brazil-sharks-cocaine-drugs-sharpnose-news-b2584211.html> acessado em 15/10/2024.

MANFRIN, Juliet. (2023). *Cocaína Em Carga De Madeira Escancara Tráfico Internacional De Drogas Via Porto*. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/operacao-traffic-porto-paranagua/>, acessado em 15/10/2024.

MARTENS, J. (2019). *Entre Grupos Armados, Crimen Organizado e Ilegalismos: Actores e Impactos Políticos y Sociales de la Violencia en la Frontera Noreste de Paraguay con Brasil*. Revista sobre acesso à Justiça e Direitos Humanos nas Américas, 65–87.

MCDERMOTT, J.; BARGENT, J.; DEN HELD, D.; RAMÍREZ, M. F. (2021). *The Cocaine Pipeline to Europe*. The Global Initiative Against Transnational Organized Crime.

NASDAQ.(2024). *Global Financial Crime Report*. Nasdaq: Nova York.

PAPAZEFKOU, D. (2022). *A Wave of Drug Smuggling From Brazil*. The Standard Club. Disponível em <https://www.standard-club.com/knowledge-news/a-wave-of-drug-smuggling-from-brazil-4162/>, acessado em 15/10/2024.

SINGH, R.; LASMAR, J. M. (2023). *The Tri-Border Area: A Hub of Illicit Trade with a Global Impact*. Terrorism, Transnational Crime, and Corruption Center (TraCCC): Farifax.

REIS, P.; REHBEIN, A.P. (2022). *Quadrilha Suspeita de Adaptar Aviões Para o Tráfico Internacional Trabalhava Como Freelance Para Traficantes, Diz PF*. G1.

Disponível em <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/03/31/quadrilha-suspeita-de-adaptar-avioes-para-o-traffic-internacional-trabalhava-como-freelance-para-trafficantes-diz-pf.ghtml>, acessado em 15/10/2024.

RISSE, M.; SEKULA, J.; BRASIL, L.; SCHIMIDT, P.; ASSIS, M. E. P. (2021). *O Ouro Ilegal que Mina Florestas e Vidas na Amazônia: Uma Visão Geral Da Mineração Irregular e Seus Impactos Nas Populações Indígenas*. Instituto Igarapé: Rio de Janeiro.

UNODC. (2021). *Cocaine Insights 2: Cocaine—A Spectrum of Products* (p. 52). UNODC.

UNODC. (2023a). *UNODC Brasil apoia assembleias Munduruku em terras indígenas afetadas pelo garimpo ilegal de ouro*. United Nations Office on Drugs and Crime: Viena. Acessível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2023/11/unodc-brasil-apoia-assembleias-munduruku-em-terras-indigenas-afetadas-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro.html>, acessado em 15/10/2024.

UNODC. (2023b). *The Drugs-Crime Nexus In The Amazon Basin*. United Nations Office on Drugs and Crime: Viena.

UNODC. (2023c). *Global Report on Cocaine 2023: Local Dynamics, Global Challenges*. United Nations Office on Drugs and Crime: Viena.

UNODC; CoE Brazil. (2022). *Cocaine Insights 4: Brazil in the regional and transatlantic cocaine supply chain: The impact of COVID-19* (No. 4; p. 45). United Nations Office on Drugs and Crime: Viena.

USJFC. (2011). *United States Joint Forces Commanders Handbook for Attack the Network* (1st ed.). Joint Warfighting Center (Joint Doctrine Support Division): Washington.